

Análise dos Relatórios Fiscais do Estado de Goiás

2º Bimestre (RREO)

1º Quadrimestre (RGF)

Janeiro a Abril de 2020

ECONOMIA
Secretaria de
Estado da
Economia



Subsecretaria do Tesouro Estadual
Superintendência Contábil
Gerência de Contas Públicas

ECONOMIA
Secretaria de
Estado da
Economia



Principais Resultados do RREO do 2º Bimestre de 2020

Subsecretaria do Tesouro Estadual – Superintendência Contábil



**Resultado Orçamentário
Superávit
R\$ 0,58 bilhão**



**Resultado Primário
R\$ 0,42 bilhão**



**RCL
(mai.19 a abr.20)
R\$ 24,66 bilhões**



**Vinculação da Educação
(Liquidado)
22,18%**

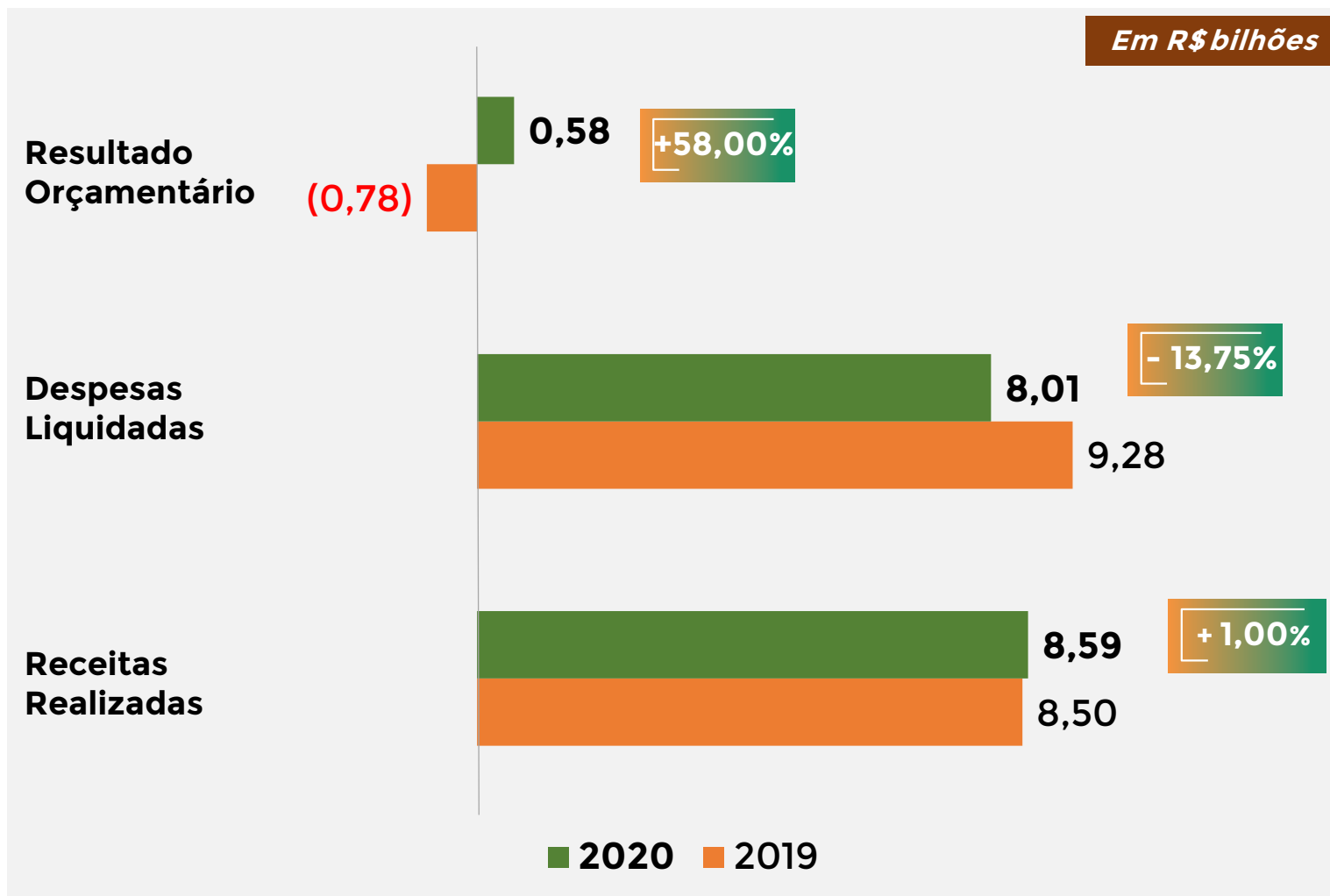


**Déficit Previdenciário
R\$ 1,22 bilhão**



**Vinculação Saúde
(Liquidado)
11,95%**

Janeiro a Abril de 2020



Principais Conclusões:

Despesas Liquidadas (-13,75%):

- ❑ Destaque para a Despesa com Pessoal (-11,28%), sem os efeitos das DEAs de 2018 pagas em 2019; e as Despesas de Juros e Encargos da Dívida (-94,65%), devido à suspensão da Dívida.

Receitas Realizadas:

Receitas Correntes (+1,05%):

- ❑ Diminuição nas Receitas Tributárias (-1,48%) e de Contribuições (-1,48%), em consequência dos efeitos da Pandemia (queda na arrecadação de abril/20 de -14,09% em relação à de 2018). Aumento das Transferências Correntes (+5,10%),

Receitas de Capital (+3,07%):

- ❑ Crescimento das Transferências de Capital (+16,92%).

Balanço Orçamentário por tipo de Despesa

Janeiro a Abril de 2020

Principais Conclusões:

Despesas Pagas (+11,03%):

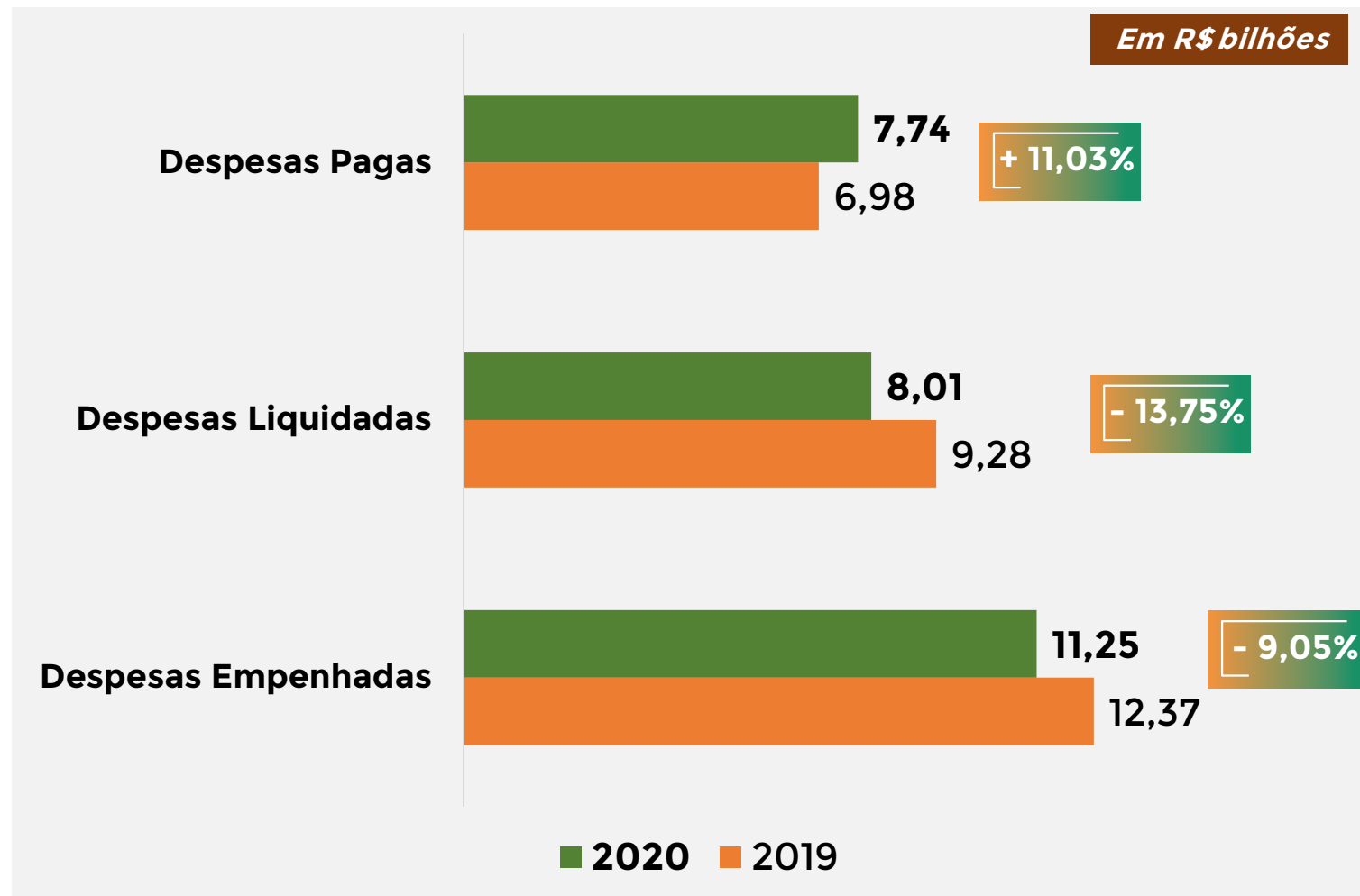
- ❑ Aumento na execução financeira da folha de pagamento **(+22,63%)** e no custeio do Estado **(+27,50%)** em comparação a 2019.

Despesas Liquidadas (-13,75%):

- ❑ Redução das Despesas com Pessoal em **-8,03%**, sem os efeitos das DEAs de 2018 pagas em 2019, apesar aumento de **+14,40%** decorrente de decisões judiciais e legislação federal. As despesas com Juros e Encargos da Dívida **(-88,31%)** e Amortização da Dívida **(-84,21%)** apresentaram as maiores reduções, dada a suspensão do pagamento da Dívida pelo STF (ACO 3262 e 3286).

Despesas Empenhadas (-9,05%):

- ❑ Mesmas reduções verificadas nas despesas liquidadas no período



Receita Corrente Líquida - RCL

Maio de 2019 a Abril de 2020

<i>Em R\$ bilhões</i>	2019 (a)	2020 (b)	b/a %
RECEITA CORRENTE	30,811	33,916	10,08%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21,203	22,926	8,12%
ICMS	16,167	17,087	5,69%
IPVA	1,460	1,486	1,80%
ITCD	0,383	0,315	-17,86%
IRRF	1,541	2,050	33,03%
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1,652	1,988	20,34%
Contribuições	1,100	1,274	15,81%
Receita Patrimonial	0,314	0,172	-45,27%
Receita de Serviços	1,783	1,952	9,43%
Transferências Correntes	5,322	6,060	13,88%
Outras Receitas Correntes	1,089	1,532	40,71%
DEDUÇÕES	8,741	9,260	5,93%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	22,070	24,656	11,72%

Principais Conclusões:

RCL (+11,72%):

- ❑ Apesar do aumento, em abril/20, a RCL caiu **-16,40%** (R\$ -325,9 milhões - **Pandemia**) em relação a abril/2019.

RECEITAS TRIBUTÁRIAS (+8,12%):

- ❑ IRRF (+33,03%): efeitos dos pagamentos das folhas de nov. e dez. de 2018 no exercício de 2019;
- ❑ ICMS (+5,69%): efeitos do crescimento da receita em 2019 e 1º trimestre de 2020 (Combustível, Indústria, Comércio e Energia Elétrica). *Porém, em abril/2020, houve uma redução de -10,91%, sob os efeitos da Pandemia.*
- ❑ IPVA (+1,80%): Efeitos de 2019 => refis e ações de fiscalização (FIS). *Em abril/2020, houve uma queda de -64,35% (Pandemia).*
- ❑ ITCD (-17,86%): devido a efeito atípico de 2018 que provocou antecipação de pagamentos;

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (+13,88%):

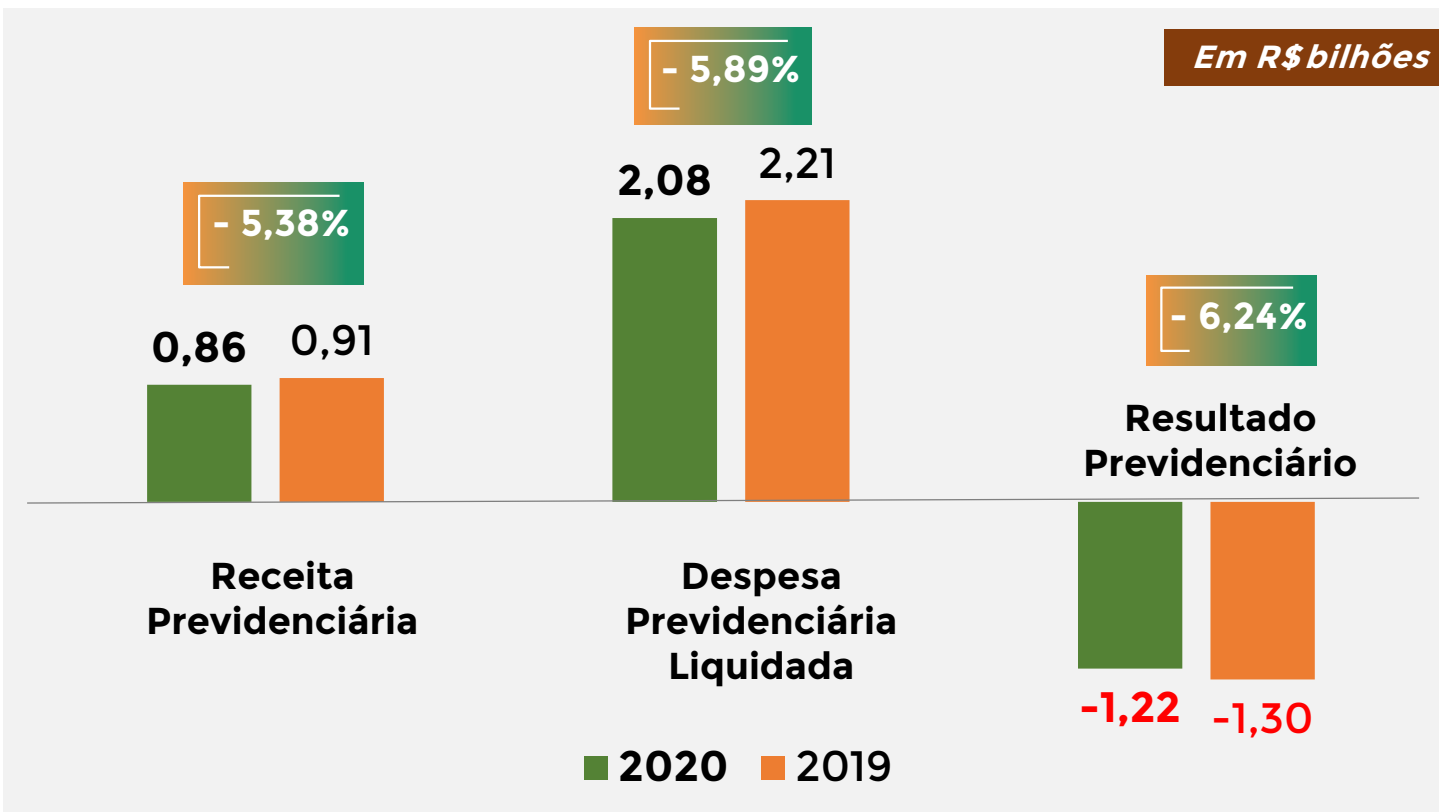
- ❑ FPE (+4,69%) e FUNDEB (+8,61%).

OUTRAS RECEITAS CORRENTES (+40,71%):

- ❑ Receitas extraordinárias de 2019 (depósitos judiciais)

Fonte: RREO - Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - 2º Bimestre 2019 e 2020

Janeiro a Abril de 2020



Receitas Previdenciárias (-5,38%):

- ❑ Contribuições dos Servidores de R\$ 0,34 bilhão (Ativos de R\$ 0,29 bilhão e dos Inativos e Pensionistas de R\$ 0,05 bilhão); e Contribuições Patronais de R\$ 0,51 bilhão.

Principais Conclusões:

Despesas Previdenciárias (-5,89%):

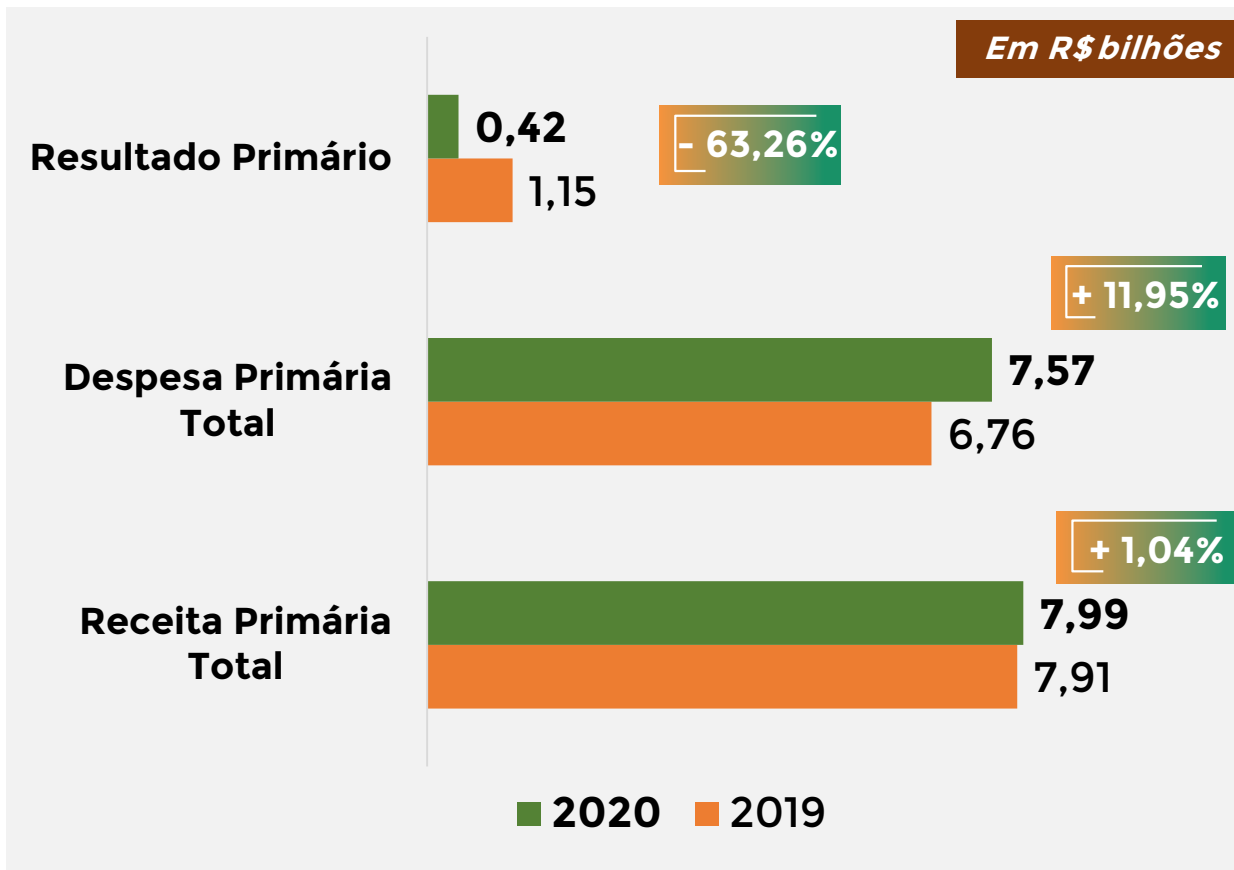
- ❑ A redução deve-se ao não pagamento de DEAs no 1º quad. (Em 2019, houve o pagamento de DEAs de nov. e dez. 2018).

Resultado Previdenciário: (-6,24%):

- ❑ Em 2019, houve o pagamento de DEAs, que aumentaram o déficit do período. Por isso, o déficit de jan. a abr. 2020 ficou menor que do ano anterior. Porém, considerando a Projeção Atuarial do RPPS e do RPPM, há uma expectativa de aumento do déficit previdenciário em 2020 de **+9,57%**.
- ❑ A reforma da previdência estadual começa a ter efeitos a partir de abril/2020.

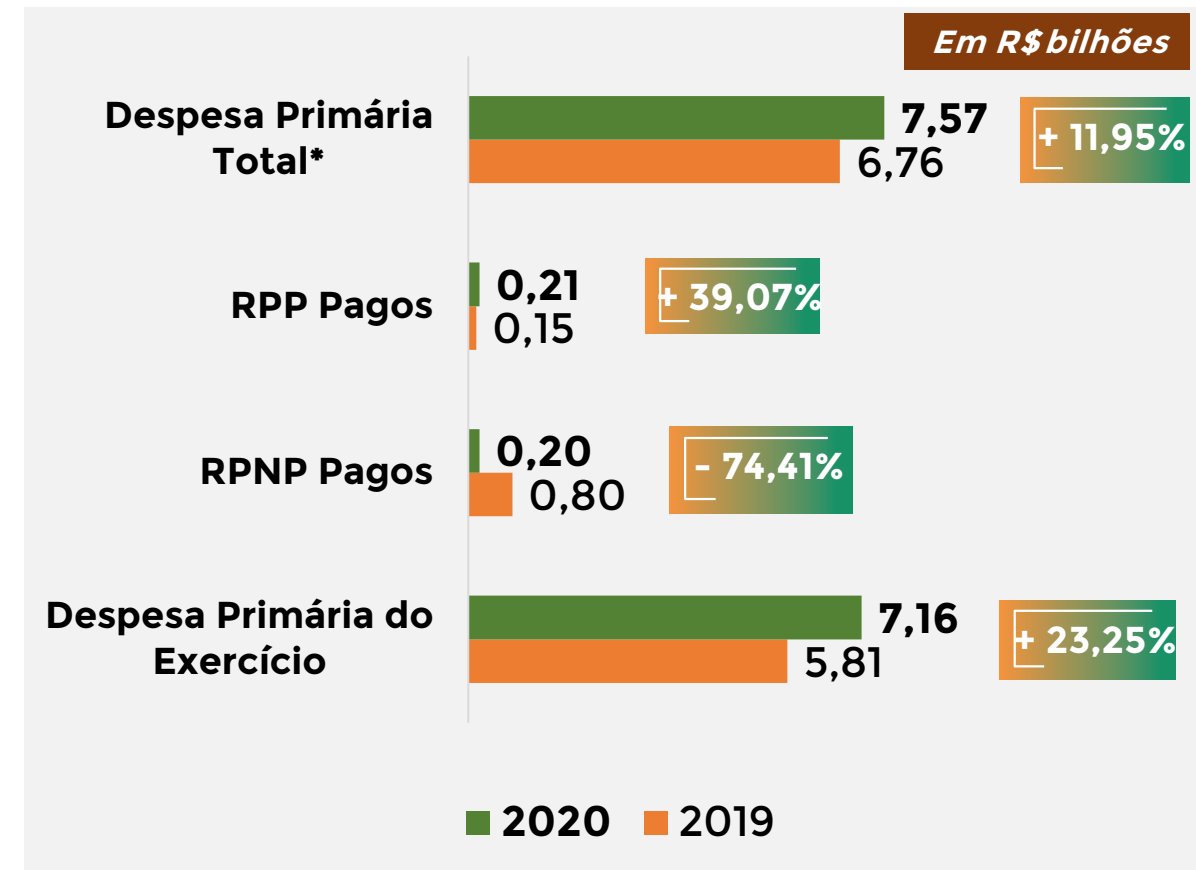
Resultado Primário

Janeiro a Abril de 2020



Meta LDO 2020:
R\$ 0,39 bi
(superávit)

Meta LDO 2019:
R\$ -6,36 bilhões
(déficit)



ATENÇÃO: No Resultado Primário, não são considerados os RAPs dos Juros e Encargos da Dívida e da Amortização da Dívida!

Fonte: RREO - Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal - 2º Bimestre de 2019 e 2020
* Despesas primárias apuradas na ótica de caixa, ou seja, despesas pagas + RPP pagos + RPNP pagos

Janeiro a Abril de 2020

Em R\$ bilhões

	Valores		Variação %
	2019	2020	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	7,864	7,938	0,95%
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	4,908	4,835	-1,48%
Contribuições	0,374	0,339	-9,35%
Receita Patrimonial	0,155	0,042	-72,89%
(-) Aplicações Financeiras	0,027	0,034	27,43%
Transferências Correntes	1,653	1,737	5,10%
Demais Receitas Correntes	0,816	1,036	26,89%
(-) Outras Receitas Financeiras	0,015	0,016	4,24%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	0,048	0,056	15,67%
Receita de Capital	0,059	0,061	3,07%
(-) Operações de Crédito	0,006	0	-100,00%
(-) Amortização de Empréstimos	0,004	0,005	9,96%
(-) Alienação de Investimentos Temp.	0	0	0,00%
(-) Alienação de Investimentos Perm.	0	0	0,00%
(-) Outras Receitas de Capital Não Primárias	0	0	0,00%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	7,912	7,994	1,04%

Principais Conclusões:

Receita Primária Corrente: (+ 0,95%)

- Apesar da queda da Receita Tributária (-1,48%), devido à Pandemia, as Transferências Correntes (+5,10%) e Demais Receitas Correntes (26,89%) provocaram pequeno crescimento das Receitas Primárias Correntes.

Receita Primária de Capital: (+ 15,67%)

- As Transferências de Capital fomentaram o crescimento das Receitas de Capital.

Receita Primária Total: (+ 1,04%)

- Apesar do aumento, em abril/20, a RCL caiu -16,40% (R\$ -325,9 milhões - Pandemia) em relação a abril/19.

Fonte: RREO - Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado e Nominal - 2º Bimestre de 2019 e 2020

• Trata-se das despesas primárias para apuração do resultado primário, ou seja, despesas pagas + RPP pagas + RPNP pagas

• Nota: No cálculo da Despesa Primária Total são excluídas as despesas dos grupos 2 (Juros e Encargos da Dívida) e 6 (Amortização da Dívida).

Janeiro a Abril de 2020

Em R\$ bilhões

DESPESAS PRIMÁRIAS (incluídos os Restos a Pagar pagos)	2019 (a)	2020 (b)	a/b %
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	6,629	7,456	12,48%
Despesas Correntes	7,038	7,478	6,25%
Pessoal e Encargos	4,827	5,265	9,08%
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,409	0,022	-94,62%
Outras Despesas Correntes	1,803	2,192	21,58%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	0,135	0,116	-13,96%
Despesas de Capital	0,412	0,138	-66,53%
Investimentos	0,120	0,115	-3,72%
Inversões Financeiras	0,016	0,001	-92,96%
(-) Amortização da Dívida	0,277	0,022	-92,19%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	6,764	7,572	11,95%

Principais Conclusões:

Despesa Primária Total: (+11,95%)

Despesas Primárias Correntes: (+12,48%)

- ❑ Pessoal e Encargos: (+9,08%);
- ❑ Custeio: (+21,58%) (pagamento de DEAs e despesas saúde).

Despesa Primárias de Capital: (-13,96%)

- ❑ Sensível diminuição nos montantes de Inversões Financeiras (-92,96%) e de Amortização da Dívida (-92,19%).

Fonte: RREO - Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal - 2º Bimestre de 2019 e 2020

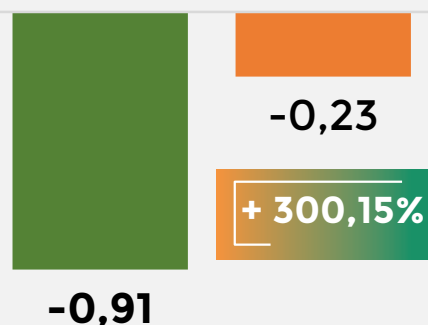
• Trata-se das despesas primárias para apuração do resultado primário, ou seja, despesas pagas + RPP pagas + RPNP pagas.

• Nota: No cálculo da Despesa Primária Total são excluídas as despesas dos grupos 2 (Juros e Encargos da Dívida) e 6 (Amortização da Dívida).

Janeiro a Abril de 2020

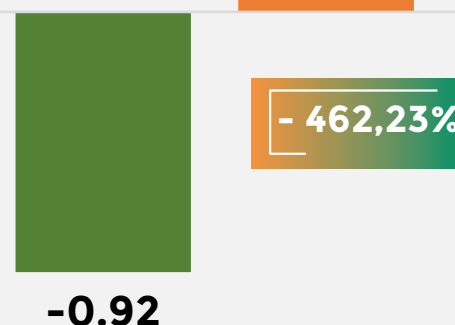
Em R\$ bilhões

Resultado
Nominal



Meta Fiscal

0,25



■ 2020 ■ 2019

	2019 (A)	2020 (B)	Diferença (B - A)	Variação % 2020/2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	20,31	22,18	1,87	9,22%
DEDUÇÕES (II)	0,44	2,02	1,58	356,49%
Disponibilidade de Caixa (a)	0,44	2,02	1,58	356,49%
Disponibilidade de Caixa Bruta (a.1)	1,91	3,25	1,34	70,39%
(-) Restos a Pagar Processados (a.2)	1,47	1,23	-0,23	-15,96%
Demais Haveres Financeiros (b)	0	0	0	0,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	19,86	20,16	0,30	1,49%
% da DCL sobre a RCL	90,00%	81,80%	-13,36%	-9,11%

Fonte: RREO - Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal - 2º Bimestre de 2019 e 2020

Principais Conclusões:

- ❑ Resultado Nominal apurado pela variação da DCL do 1º quadrimestre de 2020/2019.

Dívida Consolidada (+9,22%):

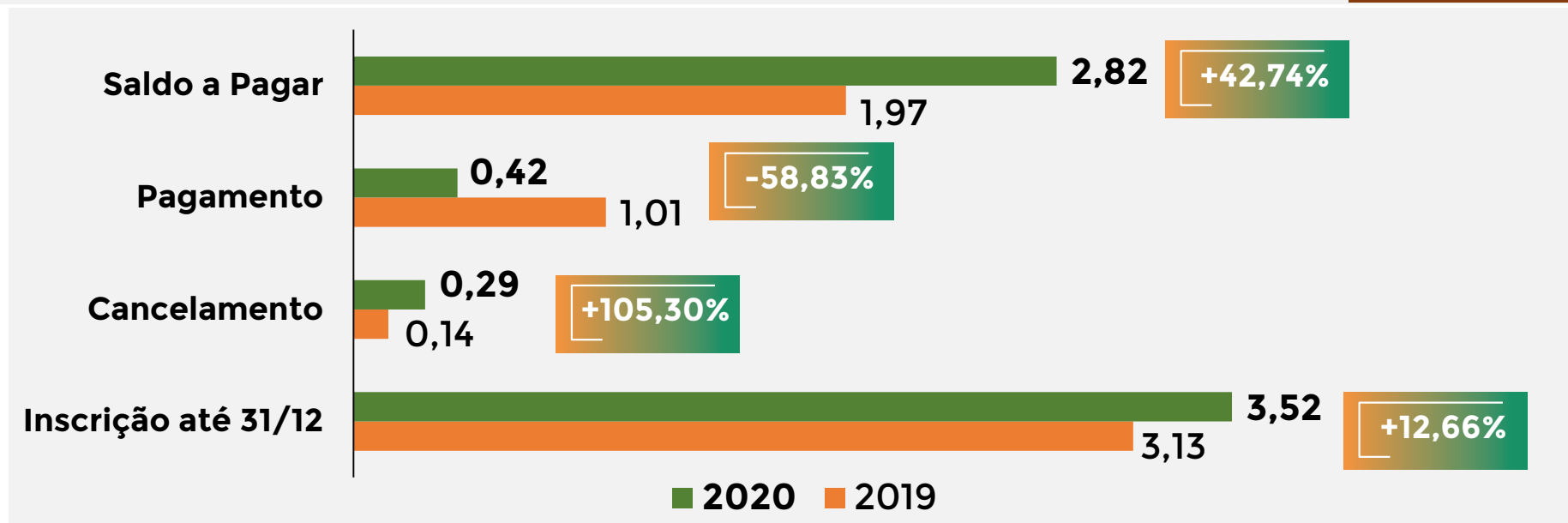
- ❑ Incorporação dos juros e encargos da dívida não pagos, devido à suspensão do pagamento da dívida, conforme ACOs STF.

Dívida Consolidada Líquida (+1,49%):

- ❑ Apesar do aumento da disponibilidade caixa de R\$ 2,02 bilhões, a DCL aumentou.

Janeiro a Abril de 2020

Em R\$ bilhões

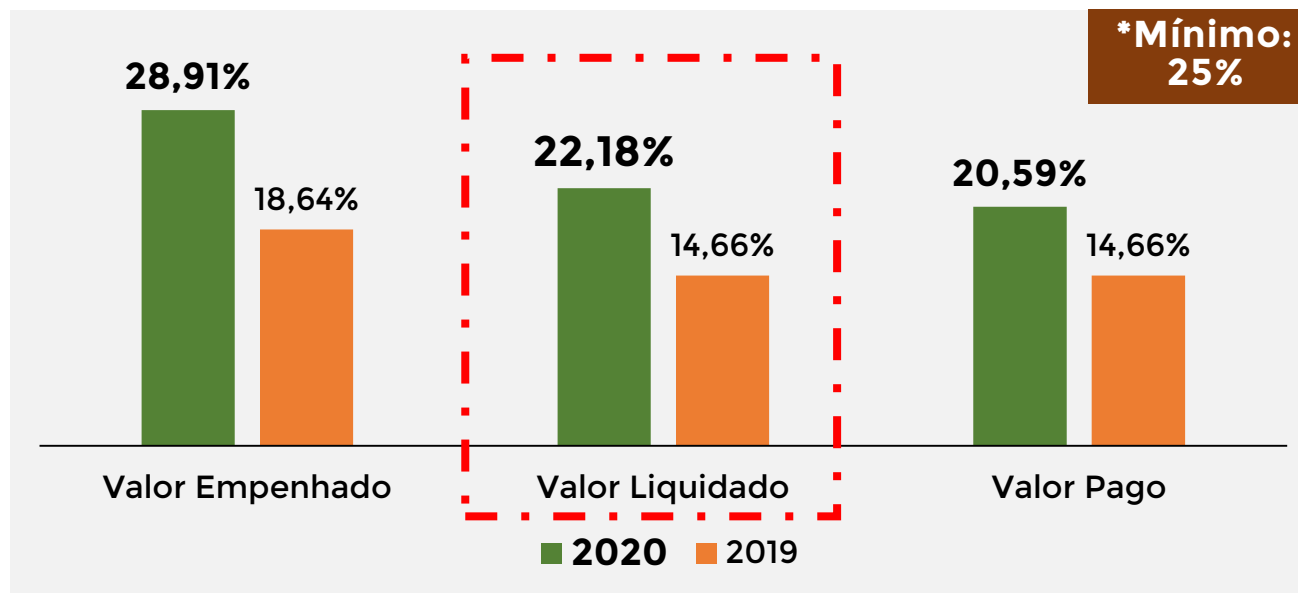


Principais Conclusões:

- ❑ **Saldo a Pagar (+42,74%)**: aumento refere-se a R\$ 1,12 bilhão de Dívida suspensa pelo STF.
- ❑ **Pagamentos (-58,83%)**: aguardando a realização do leilão de Restos a Pagar, nos termos do RRF.
- ❑ **Cancelamentos (+105,30%)**: cancelamentos realizados, conforme processo de certificação, nos termos da Lei Complementar nº 133/2017.
- ❑ **Inscrição de RP (+12,66%)**: o aumento deve-se ao reconhecimento da dívida não paga dentro da competência.

Fonte: RREO - Anexo 07 - Demonstrativo de Restos a Pagar - 2º Bimestre de 2019 e 2020

Janeiro a Abril de 2020



Total Aplicado (Despesas) em MDE no 1º Quadrimestre de 2020:

- ❑ **Empenhadas:** R\$ 1,77 bilhão (28,91% BV);
- ❑ **Liquidadas:** R\$ 1,36 bilhão (22,18% BV);
- ❑ **Pagas:** R\$ 1,26 bilhão (20,59% BV)
- ❑ **Receitas Líquidas de Impostos:** R\$ 6,12 bilhões (base para vinculação = BV).

Principais Conclusões:

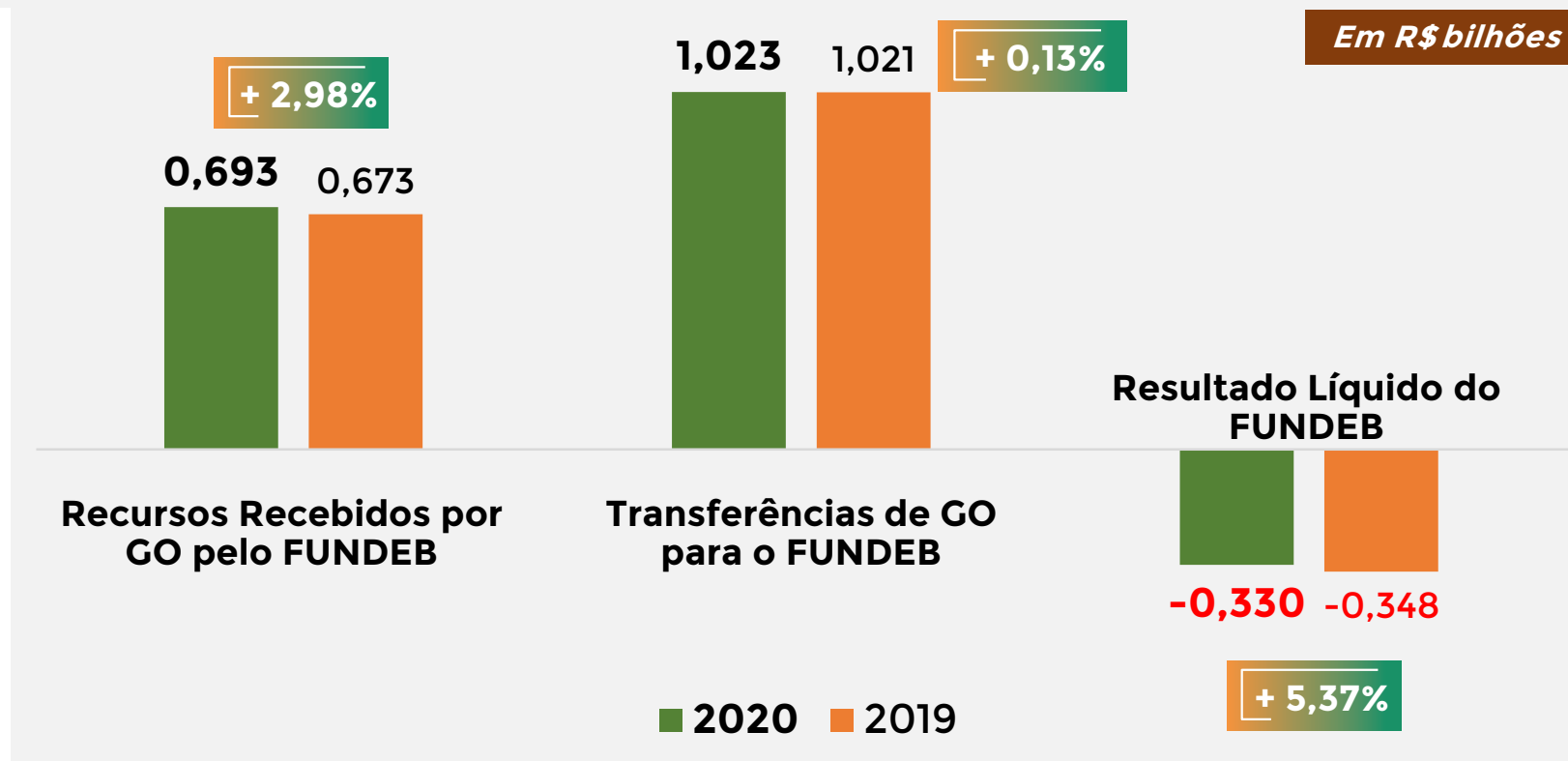
- ❑ **Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE):** Até o 5º bimestre de cada ano, o mínimo é verificado pelas **despesas liquidadas**, onde o Estado apresentou, nesse 1º quadrimestre, uma aplicação de 51,30% maior que em 2019. Observando o valor empenhado, o Estado encontra-se acima do limite constitucional, por conta do empenho dos contratos para todo o exercício.

Fonte: RREO - Anexo 8 - Demonstrativo de Receitas e Despesas com Manutenção Desenvolvimento do Ensino - MDE - 2º Bimestre de 2019 e 2020

* Limite Mínimo Constitucional de MDE: 25%, conforme art. 158 da CE/1989 e art. 212 da CF/1988.

Transferência Líquida do FUNDEB

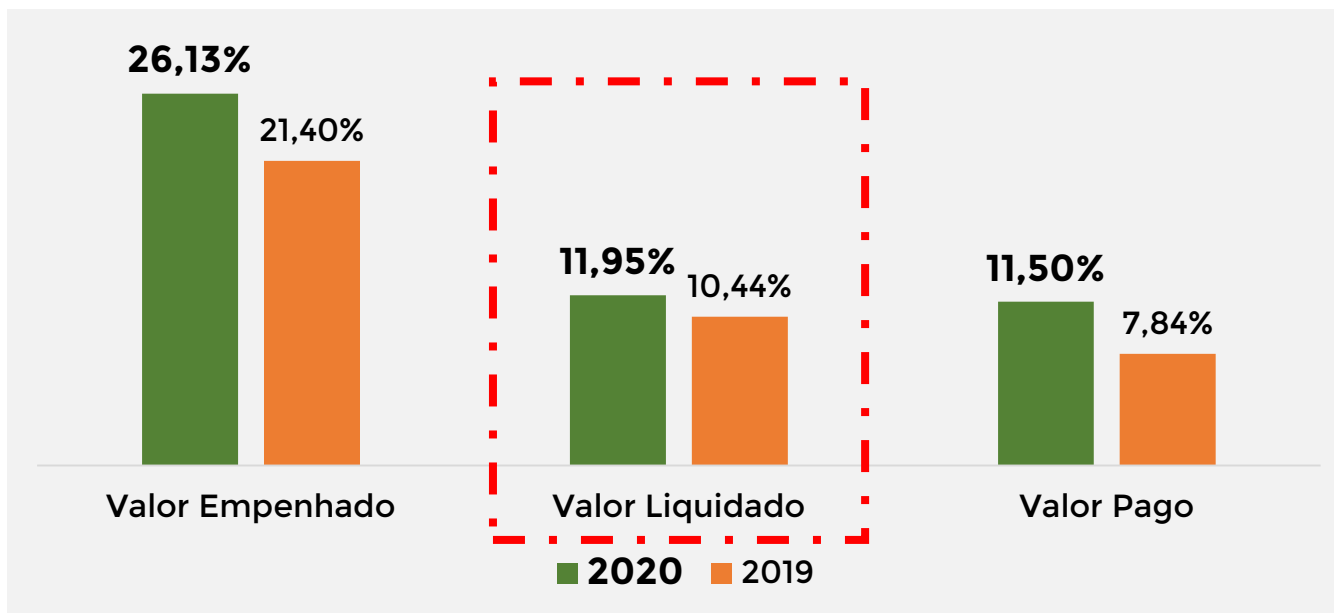
Janeiro a Abril de 2020



Principal Conclusão:

- ❑ Em relação ao 2º bimestre de 2019, o acréscimo no **Resultado Líquido do FUNDEB** foi de **+5,37%** neste quadrimestre. O crescimento menor das Transferências de GO para o FUNDEB em relação aos Recursos Recebidos do fundo, decorre da perda de arrecadação em abril/2020, por conta da Pandemia.

Janeiro a Abril de 2020



Total Aplicado em Despesas com ASPS no 1º Quadrimestre de 2020:

- ❑ **Empenhadas:** R\$ 1,60 bilhão (26,13% BV);
- ❑ **Liquidadas:** R\$ 0,73 bilhão (11,95% BV);
- ❑ **Pagas:** R\$ 0,70 bilhão (11,50% BV)
- ❑ **Receitas Líquidas de Impostos:** R\$ 6,12 bilhões (base da vinculação = BV)

Principais Conclusões:

- ❑ **Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):** Até o 5º bimestre de cada ano, o mínimo é verificado pelas **despesas liquidadas**, onde o Estado apresentou nesse 1º quadrimestre uma aplicação 14,46% maior que em 2019. Observando o valor empenhado, o Estado encontra-se acima do limite constitucional. Despesas realizadas no Fundo Estadual de Saúde – FES.
- ❑ Por conta da Pandemia, as ações da Saúde, a partir da 2ª quinzena de março de 2020, foram direcionadas para o enfrentamento da Covid-19.

Fonte: RREO - Anexo 12 - Demonstrativo de Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde ASPS - 2º Bimestre de 2019 e 2020

* Limite Mínimo Constitucional com ASPS - art. 6º da LC 141/2012.

Subsecretaria do Tesouro Estadual – Superintendência Contábil



**Despesa Total com Pessoal
(DTP):**
R\$ 12,30 bilhões
DTP/RCL = 49,92%

Dívida Consolidada: R\$ 22,19 bi

**Dívida Consolidada Líquida
(DCL):**
R\$ 20,16 bi
DCL / RCL = 81,80%



Limite de Despesa com Pessoal - DTP

Maio de 2019 a Abril de 2020 - PODER EXECUTIVO



Em R\$ bilhões

	DTP (STN)	RCL	DTP/RCL
2019 - 12 meses	9,58	22,07	43,43%
2020 - 12 meses	12,30	24,64	49,92%

	DTP	DTP/RCL	EXCED.
<i>DTP 1º Quad.19</i>	<i>12,30</i>	<i>49,92%</i>	-
Limite Máximo	11,98	48,60%	0,324
Limite Prudencial	11,38	46,17%	0,923
Limite de Alerta	10,78	43,74%	1,522

Principais Conclusões:

- ❑ ADI 6129 do STF suspendeu cautelarmente as EC nº 54/2017 e 55/2017, que excluía da Despesa Total com Pessoal - DTP os gastos com pensionistas e o IRRF dos servidores públicos estaduais;
- ❑ Nos termos do art. 23 da LRF, o Poder Executivo tem 2 quadrimestres para ajustar a DTP ao limite máximo (48,60% da RCL), corroborado pela ACO 3328 Goiás/STF;
- ❑ Com base no 1º quadrimestre de 2020, o Poder Executivo atingiu **49,92%** da RCL com DTP, devendo reduzir **R\$ 324,36 milhões até agosto de 2020**;
- ❑ O Poder Executivo encontra-se **R\$ 923,23 milhões** acima do limite prudencial (46,17%), ficando sujeito às imposições do art. 22 da LRF;
- ❑ Quanto ao limite de alerta, a redução deverá ser de **R\$ 1,52 bilhão**.

Dívida Consolidada Líquida

Janeiro a Abril de 2020

Em R\$ bilhões

	2019 (A)	2020 (B)	Diferença (C) = (B - A)	Variação %
Dívida Consolidada (I)	20,306	22,179	1,873	9,22%
Deduções (II) = (a + b)	0,442	2,019	1,577	356,49%
Disponibilidade de Caixa (a) = (a.1 - a.2)	0,442	2,019	1,577	356,49%
Disponibilidade de Caixa Bruta (a.1)	1,908	3,251	1,343	70,39%
(-) Restos a Pagar Processados (a.2)	1,466	1,232	-0,234	-15,96%
Demais Haveres Financeiros (b)	0,000	0,000	0,000	-
Dívida Consolidada Líquida	19,863	20,159	0,296	1,49%
% da DCL sobre a RCL	90,00%	81,80%	-8,20%	-9,11%

Principais Conclusões:

- ❑ **Dívida Consolidada (+9,22%):** devido à suspensão do pagamento da Dívida de R\$ 1,91 bilhão, a partir de maio de 2019 (ACO 3262 e 3286)
- ❑ **Dívida Consolidada Líquida (+1,49%):**
 - DCL/RCL em 2020 foi de 81,80%, porém, considerando os Passivos Contingentes do FUNAC/CELG D (R\$ 0,957 bi) e Ações Judiciais do Protege, Fomentar e Produzir (R\$ 4,59 bi), a DCL totalizará **R\$ 25,70 bi**, equivalendo a **104,25% da DCL sobre a RCL**.

Suspensão de Pagamentos da Dívida Pública

Janeiro a Abril de 2020

SUSPENSÃO DE PAGTOS DÍVIDA PÚBLICA GOIÁS - LIMINARES

Em R\$ milhões

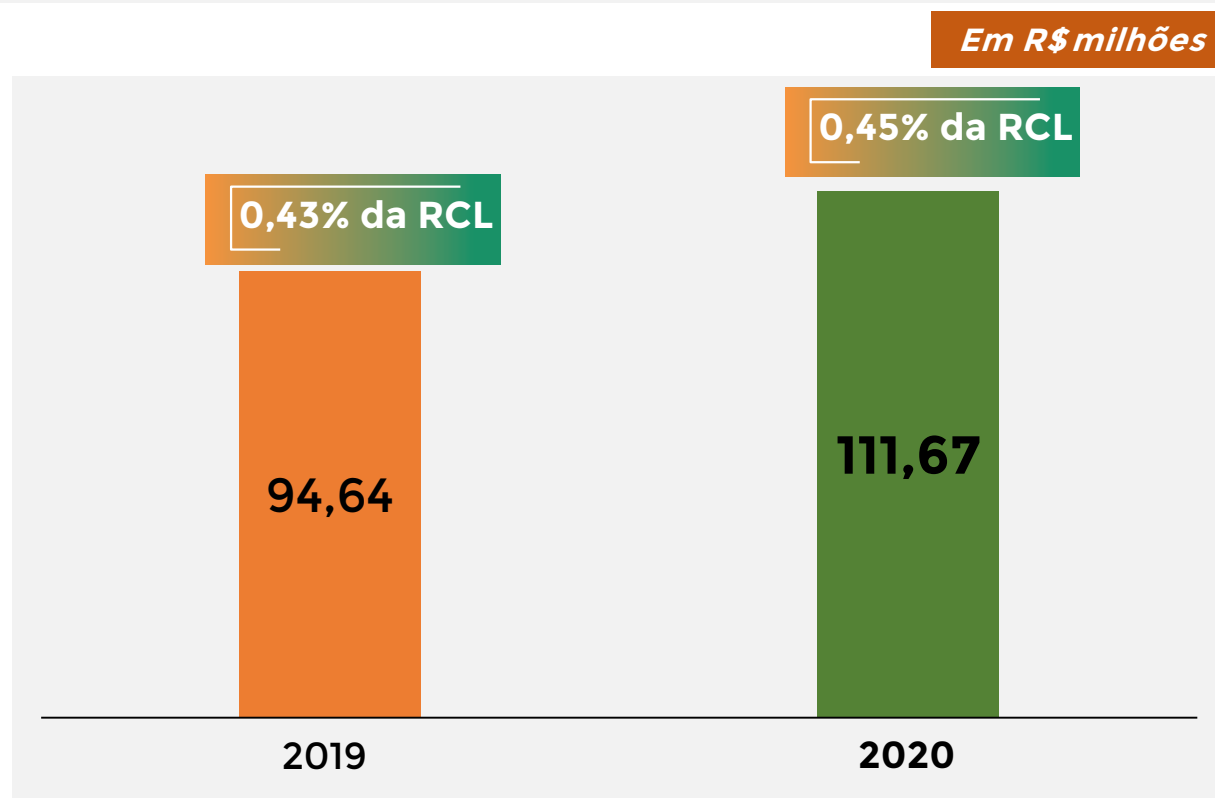
		JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL 2019	JAN	FEV	MAR	ABR	TOTAL 2020	2019 + 2020	MAI a SET/2020	MAI a DEZ/2020
Dívidas alcançadas pela Liminar (19/06) Gilmar Mendes	CELGPAR	53,58	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	214,31	27,65	27,36	27,91	27,65	110,57	324,88		
	CELG-D	60,91	28,57	29,90	30,30	28,40	30,19	27,42	235,69	28,65	28,71	27,11	27,75	112,22	347,91		
	CEF PROINVEST	3,58	3,29	3,44	3,48	3,27	3,47	3,16	23,70	3,30	3,31	3,13	3,20	12,94	36,64		
	BNDES PROPAE	0,00	24,89	0,00	0,00	24,80	16,95	15,37	82,01	16,24	16,27	15,04	15,40	62,95	144,96		
	BNDES PROINVEST	2,56	2,35	2,45	2,49	2,34	2,48	2,26	16,91	2,83	2,39	2,21	2,26	9,69	26,60		
	BB ESTRUTURANTE	0,00	0,00	167,64	0,00	0,00	0,00	0,00	167,64	0,00	169,98	0,00	0,00	169,98	337,62		
Subtotal I		120,63	85,89	230,22	63,05	85,60	79,87	75,00	740,26	78,67	248,02	75,40	76,26	478,35	1.218,61	609,81	865,04
Liminar Dias Tóffoli	UNIÃO BB 8727	-	44,69	44,71	44,51	44,57	44,74	44,75	267,96	45,24	45,16	45,11	45,38	180,89	448,85		
	UNIÃO BB 9496	-	18,51	18,52	18,59	18,70	18,62	18,66	111,60	18,64	18,65	18,66	18,64	74,59	186,19		
Subtotal II		0,00	63,20	63,23	63,09	63,27	63,36	63,40	379,56	63,88	63,81	63,77	64,02	255,48	635,04	326,30	528,93
Total Liminares RRF		120,63	149,09	293,45	126,14	148,87	143,23	138,40	1.119,81					733,83	1.853,64	936,11	1.393,96
Encargos com a Pendência Jurídica									60,66					ND	1.914,30	2.850,41	3.308,27
Vencido e não pago total das Liminares									1.180,47					733,83	1.914,30		

Notas:

1 - Os valores de junho-2019 incluem dívidas vencidas no mês de maio-2019;

2 - 'Encargos com a Pendência Jurídica' representam os custos financeiros dos pagamentos realizados pelo Tesouro Nacional atualizados até a data de 31/12/2019.

Janeiro a Abril de 2020



- ❑ *Limite Máximo definido pela Resolução nº43/2001 do Senado Federal : **22% da RCL.***
- ❑ *Limite de Alerta (90% do Máximo): **19,80% da RCL.***

Principais Conclusões:

- ❑ As garantias concedidas pelo Estado de Goiás foram para a SANEAGO.
- ❑ Aumento de **+17,99%** no valor das garantias concedidas, entre 2019 e 2020;
- ❑ O total de garantias concedidas em percentual sobre a RCL se encontra muito aquém do limite (de 22%) estabelecido pela Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Janeiro a Abril de 2020

- ❑ *Limite Máximo definido pela Resolução nº43/2001 do Senado Federal : 16% da RCL.*
- ❑ *Limite de Alerta (90% do Máximo): 14,40% da RCL.*

	2019	2020	<i>em R\$ milhões</i> Variação (%)
Operações de Crédito Internas e Externas	6,21	0,00	-100,00%
% da RCL	0,03%	0,00%	

Principais Conclusões:

- ❑ No 1º quadrimestre de 2020, o Estado não realizou e não recebeu parcelas de Operações de Crédito, visto que a CAPAG “C” não permite a contratação de novos empréstimos com aval da União;
- ❑ As operações de crédito em percentual da RCL se encontram muito aquém do limite estabelecido (16%) pela Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

RONALDO RAMOS CAIADO
Governador do Estado de Goiás

CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT
Secretária de Estado da Economia

GUY FRANCISCO BRASIL CAVALCANTE
Chefe de Gabinete

GISELE BARRETO LOURENÇO
Secretária-Adjunta

FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA
Secretário-Adjunto

SELENE PERES PERES NUNES
Subsecretária do Tesouro Estadual

RICARDO BORGES DE REZENDE
Superintendente Contábil

MARCO TÚLIO PEREIRA DE CAMPOS
Superintendente Financeiro

AUBIRLAN BORGES VITOI
Subsecretário da Receita Estadual

LEONARDO OLIVEIRA MENESES
Superintendente de Recuperação de Crédito

ALESSANDRO ALVES FERREIRA
Superintendente de Informações Fiscais

RENATA LACERDA NOLETO
Superintendente de Política Tributária

MÁRIO MATTOS BACELAR
Superintendente de Controle e Fiscalização

FRANCISCO ANTÔNIO CALDAS DE ANDRADE PINTO
Subsecretário de Planejamento e Orçamento

ENRICO MOREIRA MARTIGNONI
Superintendente Central de Planejamento

RAFAEL LISITA JÚNIOR
Superintendente de Orçamento e Despesa

THALLES PAULINO DE ÁVILA
Superintendente de Gestão Integrada

GUSTAVO VIEIRA TOMÁS
Superintendente de Tecnologia da Informação

EDUARDO SILVA TOLEDO PULLIN MIRANDA
Chefe da Procuradoria Setorial

KATTIA DANIEL RODRIGUES
Chefe da Comunicação Setorial

LILIAN DA SILVA FAGUNDES
Chefe da Corregedoria Fiscal

CLÁUDIO ANDRÉ GONDIM NOGUEIRA
Diretor-Executivo do IMB

LIDILONE POLIZELI BENTO
Presidente do Conselho Administrativo e Tributário

MOYSES MIGUEL DA SILVA
Assessoria de Representação Fazendária

SECRETARIA DA ECONOMIA

Telefone: (62) 3269-2340

Correio Eletrônico: gabinetesecretaria@sefaz.go.gov.br

Disponível em: www.economia.go.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte

GECOP

Gerência de Contas Públicas

Gerente - **Alexandre Augusto Mendes Hatadani**

GEAEC

Gerência de Acompanhamento e Execução Contábil

Gerente - **Marcelo de Mesquita**

GEINC

Gerência de Informações e Normatização Contábil

Gerente - **Levino Gonçalves dos Santos**

GEDPRE

Gerência da Dívida Pública e Receita Extratributária

Gerente - **Flávio Henrique de Sarmiento Seixas**

Elaboração dos Relatórios Fiscais

GECOP

Bruno Pereira de Medeiros

Ednarc Martins Diniz

Elza Aparecida de Sá

Hidalgardes Sousa da Silva

Kátia Beatriz de Resende

Thalita Azevedo Garcia de Deus

Unidades Setoriais de Contabilidade

Adriana Jesus Silva Batista - Goiás
Previdência

Jefferson da Silva Pereira - Secretaria da
Educação

Murilo Lara de Faria - Secretaria da Saúde